

MEIO AMBIENTE

Preservação irrita Mourão

Para vice-presidente, discurso de líderes estrangeiros sobre a Amazônia é "quase uma intervenção" na soberania territorial. Ele defende que as nações industrializadas indenizem o país pela conservação dos biomas e para ajudar no sustento da população que neles vive

O vice-presidente Hamilton Mourão disse, ontem, em webinar promovido pelo Instituto General Villas Boas, que a sustentabilidade representa uma ameaça à soberania nacional do Brasil. "Quando a gente vê discurso de líderes de países estrangeiros sobre a Amazônia, é uma intervenção", disse. Para ele, que também é presi-

dente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, as críticas à política ambiental do atual governo fazem parte de propaganda da comunidade internacional contra o país. "A propaganda é uma forma de intervenção na nossa soberania. Existe uma confluência de interesses. É aquela articulação da esquerda mundial contra o governo Bolsonaro porque é

um governo de direita", definiu.

Mourão se opôs ao que chamou de "interdependência econômica" porque, em sua visão, limita o campo de atuação do país dentro de seus próprios domínios. Mas defendeu que nações industrializadas paguem ao Brasil por "serviços ambientais" de conservação.

"Se eu tenho esse território protegido que captura toneladas

de carbono, eu tenho que receber o recurso disso. Afé eu tenho condições de colocar o investimento correto para o ribeirinho, que vai manter a gleba em condições e receber um salário digno que o permita ter uma renda e viver em melhores condições", disse.

O vice também atacou entidades do terceiro setor e as associou a "interesses pouco republica-

nos" e ao que considera um ambientalismo radical. No entanto, admitiu a existência de problemas relacionados aos ilícitos ambientais no território que compreende a Amazônia e projetou redução de 40% do desmatamento na região para o mês de agosto.

Mourão também defendeu papel de liderança do Brasil na região em discussões dos temas de inte-

resse global. "Nosso destino manifesto é ser a democracia liberal mais próspera ao sul do Equador", declarou no evento, que contou também com a participação de defensores de pontos de vista opostos ao consenso científico em torno das mudanças climáticas, como o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, diretor de geopolítica e conflitos do Instituto Sagres.

STF define hoje marco temporal

» GABRIELA BERNARDES*

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, adiou para hoje o julgamento da tese do marco temporal, que trata sobre a demarcação de terras indígenas. O assunto deveria ser analisado ontem, mas a Corte usou a sessão para debater sobre a independência do Banco Central, e o tema foi remanejado para a pauta da próxima sessão.

Defendido por ruralistas e setores políticos interessados na exploração de reservas indígenas, o marco temporal define que as etnias só tenham direito a reivindicar terras que ocupavam antes da Constituição de 1988. A tese foi usada pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, antiga Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente (Fatma), para solicitar a reintegração de posse de uma área localizada

em parte da Reserva Biológica do Sassafrás, no estado, onde fica a Terra Indígena Ibirama LaKlânô, local em que também vivem os povos Guarani e Kaingang.

Está na pauta do STF analisar o recurso da Fundação Nacional do Índio (Funai), que questiona uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que acatou o "marco temporal" em Santa Catarina. A decisão terá repercussão geral e poderá afetar mais de 300 terras em processos de demarcação.

O julgamento estava marcado anteriormente para 11 de junho, no plenário virtual, mas foi suspenso por um pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes. Na ocasião, o ministro Edson Fachin foi o único a dar voto e se colocou contra o marco temporal por considerar que muitas tribos foram expulsas de seus territórios e não têm como comprovar que estavam lá na época

Carlos Vieira/CB/D.A Press



170 etnias estão acampadas perto do STF para acompanhar o julgamento que decide o futuro das reservas

da promulgação da Constituição.

Enquanto, de um lado, entidades ligadas à bancada ruralista e ao presidente Jair Bolsonaro pressionam pela manutenção do marco, do outro há comoção internacional de entidades humanitárias e grupos indígenas. Do lado de fora do STF, aproxi-

madamente 6 mil integrantes de 170 etnias acompanham o julgamento entre danças e protestos.

Em apoio à tese do marco temporal, na última sexta-feira, em entrevista ao Canal Rural, Bolsonaro afirmou que a derrubada da restrição "seria um caos para o Brasil e também uma grande perda para o

mundo". "Essas terras, que hoje são produtivas, poderiam deixar de ser produtivas. E outras reservas, pela combinação geográfica delas, poderiam inviabilizar outras áreas produtivas", justificou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Barroso dá aval para protestos indígenas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem um pedido do governo federal para adiar a manifestação indígena que acontece em Brasília por causa do julgamento que vai decidir sobre a demarcação de terras no país. A Advocacia-Geral da União (AGU), que representa judicialmente os interesses do Planalto, acionou a Corte, na semana passada, pedindo que a mobilização fosse transferida para uma "data futura e mais prudente, em um momento de maior segurança epidemiológica", em razão da pandemia. Depois de pedir esclarecimentos para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que coordena o acampamento com mais de seis mil pessoas, Barroso concluiu que a entidade adotou "protocolos sanitários cuidadosos".

ORGULHO DE SER DE BRASÍLIA

FELIZ POR ESTAR EM TODO O BRASIL :)



A emissora mais ouvida do Distrito Federal tornou-se a rede de rádios que mais cresce no país. A Clube tem hoje 35 afiliadas em 10 estados e um alcance de mais de 30 milhões de pessoas. Você ajudou a construir a Clube, e a Clube conquistou o Brasil!

www.clube.fm | Canal 792 da SKY
Aplicativo Clube FM Brasil



CLUBE.FM